



NEWSLETTER Nº 42, DEZEMBRO 2009

Contactos:

Escola Superior de Gestão de Santarém

tel/fax 243 322427

E-mail europedirect@esg.ipsantarem.pt

Sítio Web <http://europedirect.esgs.pt>



<http://ec.europa.eu/europedirect>

Tem perguntas sobre a Europa?

☎ Ligue para o número verde a partir de qualquer lugar da UE
0080067891011

① Visite o Centro de Informação EUROPE DIRECT para esclarecer dúvidas e obter documentação

@ Envie uma mensagem por correio electrónico

TRATADO DE LISBOA ENTRA EM VIGOR E EM COPENHAGA DECIDE-SE O FUTURO DO COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

1. O Tratado de Lisboa entrou finalmente em vigor no dia 1 de Dezembro. Apresentamos nesta edição, de forma resumida, as implicações do novo Tratado no funcionamento das instituições europeias, em particular o Parlamento Europeu.

2. Em pleno decorrer da Cimeira de Copenhaga procuramos nesta edição da Newsletter mostrar o que tem a UE feito no combate contra as alterações climáticas e conhecer as posições dos eurodeputados portugueses que participam neste importante encontro mundial.

Um estudo recente do Eurobarómetro revela que os cidadãos

Europeus continuam preocupados com as alterações climáticas

e acreditam que a luta contra este fenómeno pode relançar o crescimento económico na União Europeia. As principais conclusões deste estudo demonstram que 63% dos cidadãos Europeus vêem as alterações climáticas como um problema muito sério e 24% como um problema sério. Apenas 10% acreditam que não se trata de um problema grave.

47% dos cidadãos consideram as alterações climáticas o segundo problema mais grave com que o mundo se depara actualmente. A pobreza é considerado o problema mais grave por 69% dos

inquiridos.

De acordo com o estudo quase dois terços dos cidadãos acreditam que a luta contra as alterações climáticas pode ter um impacto positivo na economia Europeia.

A maioria dos Europeus considera que a indústria, os cidadãos, os governos locais e nacionais e a União Europeia não estão a fazer o suficiente na luta contra as alterações climáticas. Apenas 19% afirmam que as empresas e a indústria estão a fazer o suficiente contra 30% no caso da União Europeia.

PÁGINA A PÁGINA

BREVES

Pag 2

UE ESPECIAL TRATADO DE LISBOA

Pag 3

UE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E COPENHAGA

Pag 4

UE AGENDA

Pag 6

UE E OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO / PARCERIAS

Pag 6

ALERTA OFUSCA O BRILHO DAS FESTAS



Um em cada três séries de luzes de Natal testadas num estudo de vigilância do mercado efectuado sobre a direcção da Comissão Europeia apresentava um risco directo de incêndio e choque eléctrico. Seja prudente: apague as luzes quando se vai deitar ou sai de casa.

Os testes realizaram-se na Alemanha, Hungria, Países Baixos, Eslovénia e Eslováquia, em cerca de duzentas amostras de gambiarras de Natal pertencentes a toda a gama de preços.

As amostras foram testadas para verificar se cumpriam mais de 20 requisitos e os resultados foram negativos relativamente a mais do que um parâmetro.

Em muitas gambiarras, os filamentos são demasiado finos para

a corrente eléctrica que transportam, a fixação do cordão é deficiente e o isolamento fraco. Cerca de 41% das amostras foram fabricadas na China.

Na Hungria, cerca de 96% das gambiarras testadas apresentavam perigos graves para os consumidores. Nos Países Baixos, 56% não respeitavam as normas de segurança da UE.

Embora o estudo só abranja cinco países, é provável que estas mesmas luzes de Natal estejam a ser vendidas em toda a UE.

A Comissária responsável pela defesa dos consumidores Meglena Kuneva, declarou que as conclusões do estudo constituem um importante alerta.

Instou os países membros da EU a redobram esforços para fazer cumprir as normas de segurança e convidou a indústria—fabricantes, retalhistas, distribuidores e importadores— a proceder aos seus próprios controlos. Quanto aos consumidores, recomendou que estivessem atentos, oferecendo os seguintes conselhos:

- comprar as luzes de Natal a comerciantes idóneos

- nunca deixar as Luzes de Natal acesas quando estiverem fora de casa ou a dormir

- à menor suspeita de problemas eléctricos ou mecânicos, devolver as luzes apresentando uma reclamação na loja onde foram compradas.

CONSULTA PÚBLICA SOBRE A FUTURA ESTRATÉGIA “UE 2020”

Ao apresentar o Programa da nova Comissão, O Presidente Durão Barroso expôs a sua visão do que irá ser a União Europeia em 2020. Durão Barroso considera que a saída da crise deve constituir o ponto de entrada numa nova economia de mercado social duradoura, uma economia mais verde e mais inteligente na qual a prosperidade seja o resultado das nossas capacidades de inovação e de uma melhor utilização dos recursos onde o conhecimento seja um elemento fundamental. Para tal, a Europa necessita de uma agenda comum: a Estratégia UE 2020.

Esta estratégia deve permitir, por um lado, que a UE se recupere da crise e, por outro, que acelere a sua conversão para uma economia verde e baseada no conhecimento. A UE 2020 assentará nos resultados positivos obtidos na Estratégia de Lisboa desde o seu relançamento em 2005, quando se concentrou no crescimento e no emprego, mas tentará igualmente colmatar algumas das suas lacunas.

A Comissão tenciona apresentar uma proposta formal para a estratégia UE 2020 no início do próximo ano, com vista à sua adopção

pelos Chefes de Estado e de Governo na Primavera de 2010. Até lá, a Comissão gostaria de conhecer a opinião dos cidadãos sobre as grandes linhas da futura estratégia UE 2020.

As contribuições recebidas serão publicadas na Internet. É importante ler a declaração de confidencialidade que acompanha a consulta para ficar a conhecer a forma como serão tratados os seus dados pessoais e a sua contribuição.

Para fazer uma contribuição: http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/eu2020/consultation_pt.htm

INTERNET: METADE DOS CIDADÃOS E 75% DOS JOVENS DA UE UTILIZAM A INTERNET DIARIAMENTE

No primeiro trimestre de 2009, 65% das famílias da UE tinham acesso à Internet, face a 60% no primeiro trimestre de 2008. 56% dos europeus dispu-

nam de uma ligação em banda larga, comparativamente com 49% em 2008. O presente inquérito do Eurostat abrange igualmente outros indicadores como

as compras e os serviços públicos *online*, assim como os serviços avançados de comunicação e informação.

9 DE DEZEMBRO: DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO

A corrupção continua a ser um obstáculo ao desenvolvimento, ameaçando o relançamento económico. Nenhum país do mundo está imune à corrupção, incluindo os 27 Estados-Membros da UE. O último inquérito

Eurobarómetro indica que 78% dos cidadãos europeus consideram a corrupção um problema grave no seu país. A Comissão Europeia está determinada a reforçar a luta contra a corrupção, tendo proposto efectuar

avaliações periódicas dos esforços contra a corrupção enviados nos 27 Estados-Membros, de modo a fomentar a cooperação e a promover as boas práticas.

LISBOA É UM TRATADO

Depois de um longo compasso de espera, o Tratado de Lisboa entrou em vigor no dia 1 de Dezembro de 2009, introduzindo mudanças institucionais radicais destinadas a racionalizar o processo de decisão e a conferir uma maior importância ao papel da UE na cena internacional.

Aclamado como constituindo o fundamento de uma união mais democrática, eficaz e transparente, o Tratado é o culminar de uma longa caminhada com o objectivo de reformular as regras de funcionamento da UE, uma questão que se tornou ainda mais premente com a adesão de dez novos países em 2004.



“O Tratado de Lisboa coloca os cidadãos no centro do projecto europeu” declarou o Presidente da Comissão Europeia, salientando o facto de a UE passar a ter instituições dotadas de uma verdadeira capacidade de acção e da estabilidade necessária.

A efeméride foi assinalada por uma cerimónia, recheada de discursos e animada por música e fogo-de-artifício, em Lisboa, onde há dois anos fora assinado ao Tratado.

Para que o Tratado se tornasse realidade, teve de ser ratificado por todos os países da União Europeia, um processo só recentemente concluído. Em Outubro último, os irlandeses voltaram às urnas para votar um referendo sobre o Tratado, tendo-se desta vez, pronunciado a favor. O último obstáculo à ratificação foi eliminado quando o Presidente checo deixou de se opor ao Tratado.

Os dirigentes europeus reuniram-se no mês passado para escolher as pessoas que iriam ocupar dois importantes cargos criados pelo Tratado. Nomearam assim o Primeiro-Ministro belga, Herman Van Rompuy, para presidente permanente do Conselho da UE e a Comissária Catherine Ashton para responsável pela pasta dos negócios estrangeiros da UE.

Para Durão Barroso, isto significou também a luz verde para formar uma nova comissão, permitindo-lhe anunciar os comissários indigitados na semana passada. De igual modo, os dezoito deputados do Parlamento Europeu que foram eleitos em Junho já ao abrigo das novas regras do Tratado de Lisboa podem finalmente ocupar os seus lugares.

Entre outras mudanças, o Tratado prevê uma nova ponderação dos votos entre países membros, eliminando a possibilidade de um veto nacional num determinado número de áreas. O Tratado alargou os poderes da Comissão e aumenta significativamente a importância do papel do Parlamento no processo legislativo.

Com o novo Tratado, os cidadãos têm a possibilidade de influenciar directamente a política da UE graças a um novo direito de petição e a Carta dos Direitos Fundamentais passa a ter um carácter vinculativo.

O Tratado de Lisboa altera os Tratados de Roma e de Maastricht, conferindo à UE um enquadramento jurídico e ferramentas que lhe permitem fazer face aos desafios inerentes a um mundo cada vez mais globalizado.

O Parlamento Europeu e o Tratado de Lisboa

O Tratado de Lisboa confere ao Parlamento Europeu mais poderes do que nunca na definição da política europeia, o que significa um aumento das responsabilidades em relação aos cidadãos, aos parlamentos nacionais e à União Europeia.

Todos os Tratados da União Europeia aumentaram os poderes legislativos do Parlamento Europeu. O Tratado de Lisboa vem colocar o Parlamento em pé de igualdade com o Conselho na decisão da maioria da legislação comunitária.

Mais poder

O Tratado reforça os poderes legislativos do Parlamento Europeu, incluindo no processo de co-decisão mais de 40 novas áreas nas quais o Parlamento Europeu passa a ter poderes idênticos aos do Conselho. Estas áreas legislativas incluem a agricultura, a segurança energética, a justiça, os assuntos internos, a saúde e os fundos estruturais.

O Parlamento adquire igualmente mais poderes na definição do orçamento comunitário, decorrentes da abolição da distinção entre despesas “obrigatórias” e “não obrigatórias”. Desta forma, o Parlamento passa a decidir com o Conselho todo o orçamento da União Europeia.

Com o Tratado de Lisboa, a aprovação do Parlamento Europeu passa a ser necessária em relação a uma série de acordos internacio-

nais negociados pela União, designadamente em matéria de comércio internacional.

Mais responsabilidade

Mais poder significa mais responsabilidade. Face ao reforço dos seus poderes legislativos, as decisões do Parlamento Europeu irão afectar directamente, mais do que nunca, a vida quotidiana dos cidadãos europeus. O Parlamento será igualmente responsável pelo respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos da UE, nos termos da Carta dos Direitos Fundamentais prevista no Tratado de Lisboa.

Os deputados do Parlamento Europeu terão um novo papel nas relações com as outras instituições da UE. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a escolha do Presidente da Comissão Europeia passará a estar directamente relacionada com os resultados das eleições europeias. Toda a Comissão Europeia, incluindo o Alto Representante para a Política Externa e Segurança Comum, necessitam da aprovação do Parlamento Europeu.

Por último, o Tratado de Lisboa confere ao Parlamento o direito de propor alterações ao Tratado.

O PE e o Tratado de Lisboa em 5 pontos

1. Novo PE: melhor preparado para os desafios actuais

O Tratado de Lisboa aumenta a capacidade de acção da UE e do PE. Num momento em que tanto a Europa com o resto do mundo se confrontam com desafios como a globalização, o envelhecimento da população, as alterações climáticas, a segurança energética e o terrorismo, nenhum país consegue lidar com esses desafios sozinho. A única forma de garantir à UE possibilidade de falar a uma só voz no plano internacional e de trabalhar de uma forma mais eficaz, responsável, transparente e coerente, que permita dar resposta às preocupações dos cidadãos, será trabalhar em conjunto. O Tratado reformador, designação conferida ao Tratado de Lisboa, confere ao Parlamento Europeu mais instrumentos para lidar com os desafios actuais e futuros da União Europeia e propor futuras alterações ao tratado.

CONT.

2. Novo PE: mais poder na condução da política europeia

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu adquire mais poderes do que nunca. Em virtude do alargamento do processo de co-decisão a mais de 40 novas áreas legislativas, o Parlamento Europeu passa a ter poderes legislativos idênticos aos do Conselho, que representa os governos nacionais dos Estados-membros da UE, em áreas como a agricultura, a segurança energética, a imigração legal, a justiça, os assuntos internos, a saúde pública e os fundos estruturais. Nesse sentido, as decisões do Parlamento Europeu vão passar a ter um impacto ainda maior na vida quotidiana de todos os cidadãos europeus.

3. Novo PE: maior controlo sobre as despesas da UE

A partir de agora o Parlamento Europeu passa a decidir com o Conselho todo o orçamento da UE. Até este momento, o PE não tinha poder de decisão final rela-

tivamente às “despesas obrigatórias”, que representam cerca de 45% do orçamento da UE e incluem áreas como a agricultura e os acordos internacionais. Esta situação altera-se com o Tratado de Lisboa, uma vez que a partir de agora o Parlamento tem poderes acrescidos em matéria de prioridades orçamentais e controlo das despesas comunitárias.

4. Novo PE: mais poder de decisão sobre quem lidera a UE

Na era do Tratado de Lisboa, o Parlamento passará a ter maior poder de decisão em relação a quem lidera a União Europeia, elegendo o Presidente da Comissão Europeia com base numa pré-selecção efectuada pelos Chefes de Estado e de Governo, em função dos resultados das eleições europeias e, nesse sentido, das escolhas dos cidadãos europeus. Além disso, a nomeação do Alto Representante para a política Externa e de Segurança Comum, que exercerá igualmente as funções de Vice-Presidente da Comissão Europeia, necessita da aprovação do Parlamento Europeu.

5. Novo PE: mais poder para os cidadãos

Novos poderes significam mais responsabilidades. Na sua qualidade de instituição directamente eleita pelos cidadãos europeus, o Parlamento Europeu passa a dispor de novos instrumentos que permitem conferir mais poder aos cidadãos europeus e responsabilizar as instituições europeias perante os mesmos. O Parlamento Europeu deverá garantir que o novo catálogo de direitos civis, políticos, económicos e sociais contemplados na Carta dos Direitos Fundamentais, prevista no Tratado de Lisboa, seja posto em prática de forma efectiva, juntamente com o novo direito de iniciativa, que permite que os cidadãos exijam a apresentação de propostas legislativas devendo recolher, para o efeito, um milhão de assinaturas. O Parlamento Europeu deverá igualmente salvaguardar o direito de que os parlamentos nacionais passam a dispor para objectarem propostas legislativas comunitárias que consideram ser de âmbito nacional.



Mais informações sobre o Tratado de Lisboa: http://europa.eu/lisbon_treaty/index_pt.htm

UE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E COPENHAGA**ACÇÃO DA UE CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

As alterações climáticas são um dos principais desafios que se colocam ao mundo de hoje. A não ser que sejam tomadas medidas a nível mundial para estabilizar a subida da temperatura da superfície da terra, é muito provável que os danos sejam irreversíveis e catastróficos.

Em Dezembro de 2008, a UE adoptou uma política integrada em matéria de energia e alterações climáticas que inclui objectivos ambiciosos a realizar até 2020. Com isso espera-se assegurar um futuro sustentável para a Europa, transformando-a numa economia com baixo teor de carbono e eficiente em termos energéticos. Para o efeito propõe-se:

- reduzir em 20% os gases com efeito de estufa (30%, se for alcançado um acordo internacional)

- reduzir em 20% o consumo de energia através de um aumento da eficiência energética

- obter 20% das necessidades energéticas a partir de fontes renováveis.

O que está em jogo

O aquecimento do planeta deve-se às grandes quantidades de energia que a espécie humana produz e utiliza. À medida que crescem as nossas necessidades energéticas, aumenta também a nossa dependência dos combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão). Estes combustíveis, responsáveis por elevadas emissões de CO₂, representam actualmente cerca de 80% do consumo de energia da UE.

É essencial uma mudança radical a nível da utilização e produção de energia para que a UE atinja os seus objectivos e lute contra as alterações climáticas. A acção da UE concentrar-se-á, portanto, em domínios essenciais como os mercados da electricidade e do gás, as fontes de energia, o comportamento dos consumidores e o reforço da cooperação internacional.

Vencer os desafios e aproveitar as oportunidades

A estratégia europeia em matéria de alterações climáticas e energia vem na linha dos esforços da UE em termos de crescimento económico e criação de emprego. Manter-se na linha da frente da nova revolução energética ajudará a criar novas empresas e oportunidades de investigação.

O aumento do fornecimento doméstico de energias renováveis diminuirá também a dependência da UE das importações de petróleo e de gás, tornando-a menos vulnerável à instabilidade dos preços e à incerteza das cadeias de abastecimento.

Os governos dos Estados-membros estão a ser instados a tomar medidas, coordenadas pela UE, a fim de assegurar uma partilha equilibrada dos esforços. Os objectivos serão obrigatórios, mas ter-se-á em conta as capacidades nacionais.

Acções desenvolvidas a nível mundial

(CONT.)

As alterações climáticas estão a processar-se a um ritmo muito mais rápido do que se esperava e o nível das emissões não tem parado de aumentar em todo o mundo. Se não conseguirmos travar esse aumento, arriscamos a pôr o nosso planeta gravemente em perigo.

A UE defende que todos os governos assumam compromissos sólidos no sentido de assegurar o controlo das emissões. A Europa concordou em reduzir 20% as suas emissões até 2020, mas está disposta a ir mais longe se um acordo internacional ambicioso for concluído em Copenhaga.

Etapas seguintes

Os cientistas afirmam que a temperatura da Terra já aumentou 0,8°C e que o nível-limite de perigo é de 2°C. Esse limite não pode ser ultrapassado e para isso é necessário que todos nos esforcemos. As emissões mundiais têm de parar de aumentar até 2020, o mais tardar. Depois dessa data e até 2050, devem ser reduzidas, pelo menos, para metade dos níveis registados em 1990.

São estes os objectivos da UE na Conferência da ONU sobre alterações climáticas que está a decorrer em Copenhaga.

Deputados portugueses do PE em Copenhaga

Maria da Graça carvalho, Edite Estrela, Marisa Matias e João Ferreira são os eurodeputados portugueses presentes na Cimeira de Copenhaga, para pedir um “acordo vinculativo” no combate às alterações climáticas.

Na semana em que começa a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em que os líderes mundiais de 192 países vão discutir as medidas a tomar para travar as alterações climáticas, ainda não é certo o que se vai passar. Se há um mês os sinais eram de que o acordo seria muito difícil, na última semana surgiram boas notícias, sobretudo dos Estados Unidos da América e da China, que juntos representam 40% das emissões mundiais de gases com efeito estufa.

Tendo em conta os níveis de 2005, os EUA anunciaram a redução de emissões de dióxido de carbono (CO₂) de 17% até 2020, 30% até 2025 e 42% até 2030, enquanto a China se propõe diminuir as emissões entre 40 a 45 por cento até 2020. Propostas recebidas como “um sinal positivo” pela

UE que, ainda assim, considera insuficiente para o esforço de limitar a dois graus centígrados o aquecimento global.

“Esperamos que as medidas apresentadas sejam um primeiro passo de futuras reduções. Queremos discutir com os EUA e a China como transformar estas metas num tratado internacional”, disseram em comunicado, o actual presidente do Conselho Europeu, Fredrik Reinfeldt, e o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.

A União pede, assim, à comunidade internacional um esforço extra para que a própria tenha motivação para aumentar a meta a que se propõe: em relação aos níveis de 1990, reduzir as emissões de CO₂ em 30% - em vez de 20%.

Eurodeputados portugueses confiantes num acordo vinculativo

“De Copenhaga não pode sair uma mera declaração de intenções. Devem sair, pelo menos, os compromissos políticos vinculativos e o calendário que permita, em Junho de 2010, em Bona, a aprovação de um acordo Pós-Quito”, afirma à Portugal Europeu⁽¹⁾ Edite Estrela, da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S& D/PS), numa declaração partilhada por Maria da Graça Carvalho, do Partido Popular Europeu (PPE/PSD), que exige do encontro um “acordo politicamente vinculativo”.

“Copenhaga será um enorme falhanço se não se conseguir, pelo menos, um acordo vinculativo e global nesta matéria”, corrobora Marisa Matias do Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Livre Nórdica (GUE/BE). Para João Ferreira, da mesma bancada parlamentar (GUE/PCP), a “primeira semana de negociações será fundamental para que possa emergir um quadro mais claro quanto às reais possibilidades de se alcançar um acordo em Copenhaga e quanto à natureza desse acordo”.

Depois de, no final do ano passado, o PE ter aprovado um pacote pioneiro a nível mundial sobre energia e alterações climáticas, os quatro deputados, que estão em Copenhaga em representação dos respectivos grupos políticos, concordam que a UE deve manter o seu papel-chave nesta matéria, continuando a “liderar o processo” global contra as alterações climáticas e agregando os restan-

tes países em torno deste objectivo.

“Sem o contributo dos EUA e da China, o esforço europeu, por maior que seja, de pouco servirá porque as alterações climáticas são um problema global que exige uma resposta global”, assegura Edite Estrela. A meta interna europeia em aumentar a redução de gases com efeito de estufa de 20 para 30% servirá, na perspectiva de Maria da Graça Carvalho, de “de exemplo para os grandes países como os Estados Unidos, a China e a Índia, pressionando-os a assumirem metas equivalentes e ambiciosas”.

João Ferreira defende que a situação de cada país deve ser analisada isoladamente já que “persistem diferenças muito significativas”. Se, considera o deputado, a China tem emissões *per capita* anuais na ordem de 5 toneladas de CO₂, enquanto na UE chegam às 10 toneladas e nos EUA a 20, “o acordo global, salvaguardando a necessidade de um esforço de todos, deve ter em conta esta desigualdade e basear-se numa responsabilidade diferenciada de que devem resultar esforços também diferenciados”.

Maria da Graça Carvalho pede, por seu lado, uma “especial atenção para as necessidades dos países menos desenvolvidos, entre os quais se encontram a maior parte dos africanos” para que se possam associar a este processo, o que terá de se reflectir em apoio financeiro por parte dos Estados mais ricos.

Para Marisa Matias, o financiamento não pode ser um “problema” pois, “por muito avultado que possa parecer, em nada é comparável aos montantes disponibilizados para salvar bancos à beira da falência”. “É uma questão de vontade política”, assegura.

As posições dos eurodeputados vêm no seguimento da resolução aprovada, a 25 de Novembro pelo PE, que instou as partes a um acordo internacional ambicioso que entre em vigor em 1 de Janeiro de 2013. Os deputados pediram ainda um maior envolvimento à China, Índia e Brasil, de modo a que consigam acompanhar as metas dos países desenvolvidos, e aos EUA, para que se comprometam com os objectivos estabelecidos aquando da campanha de Barack Obama para as presidenciais.

(1) In Portugal Europeu Nota Informativa— Newsletter do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal



Mais informações sobre a UE e Alterações Climáticas: http://ec.europa.eu/climateaction/index_pt.htm

Parlamento Europeu e Alterações Climáticas: http://ec.europa.eu/climateaction/index_pt.htm



AGENDA EUROPA E O GUIA DO PROFESSOR

O que é a Agenda Europa?

-uma agenda para os alunos apontarem os trabalhos de casa e as actividades escolares com citações, factos e perguntas desafiantes em cada página

- uma ferramenta pedagógica valiosa sobre tópicos de importância para os jovens: oportunidades de carreira, saúde e segurança, questões do ambiente, a União Europeia

- informação actualizada e estilo gráfico atractivo

- Inclui endereços electrónicos (portugueses e europeus) que os alunos podem consultar para pesquisas mais aprofundadas

A Agenda Europa ajuda os jovens a:

- desenvolver pensamento crítico

- agir de forma responsável, tirando as consequências sociais, eco-

nómicas e ambientais dos seus actos

- tomar decisões esclarecidas e informadas

- tornarem-se cidadãos mais activos

O que é o Guia do Professor?

- ferramenta que apoia os professores no sentido de ajudarem os alunos a alargar a sua compreensão sobre as questões abordadas na agenda

- contém sugestões para actividades de sala de aula e de trabalho de casa, baseadas nos conteúdos da agenda: tarefas de pesquisa, de discussão, de análise e debate, quizzes, etc

A quem se destina?

A agenda Europa é distribuída gratuitamente em milhares de escolas da União Europeia—mais de 3,3 milhões de alunos receberam a edição de 2009-2010. Em

Portugal, a agenda destina-se ao 10º ano e apoia o Currículo Nacional.

É publicada pela Comissão Europeia, desenvolvida em cooperação com a Generation Europe Foundation e distribuída em Portugal com o apoio da DECO e do CIEJD.

Pode encomendar agendas para todos os alunos da sua escola online em www.europadiary.eu.

As encomendas devem ser feitas até sexta-feira, 29 de Janeiro de 2010 e serão enviadas em Maio e Junho para que possam ser distribuídas aos alunos no início do ano lectivo 2010-2011.

As escolas devem designar um docente responsável para garantir que as agendas sejam distribuídas aos alunos em Setembro de 2010 e utilizadas em sala de aula e para que o questionário do professor seja preenchido online e enviado ao CIEJD.

Encomende as suas agendas em: www.europadiary.eu

OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS

Veja as oportunidades de financiamento em todas as áreas:

<http://europedirect.esgs.pt/Financiamento.asp>

Saiba em que projectos podem ser parceiro:

<http://europedirect.esgs.pt/Parcerias.asp>